MARIA ELIETE SANTIAGO

por Denise Maria Botelho

Maria Eliete Santiago
https://orcid.org/0000-0003-4088-8190
UFPE, Doutora em Ciências da Educação

Denise Maria Botelho
https://orcid.org/0000-0003-4629-2224
UFRPE, Doutora em Educação

RESUMO

Maria Eliete Santiago é graduada em Pedagogia (1971) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra em Educação (1987) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutora em Ciências da Educação (1994) pela Université René Descartes, Paris V, França, e professora da UFPE, desde 1995. Nesta entrevista, realizada em novembro de 2020, Denise Maria Botelho, Doutora em Educação (2005) pela Universidade de São Paulo e professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, questiona Eliete Santiago sobre importantes temáticas que atravessam a sua trajetória intelectual, como a obra de Paulo Freire e sua recepção na contemporaneidade, além de temas relacionados à educação durante a pandemia da Covid-19, a relações étnico-raciais e a políticas afirmativas.

Palavras-chave: Maria Eliete Santiago; Paulo Freire; Entrevista; Pedagogia do Oprimido; Covid-19.

ABSTRACT

Maria Eliete Santiago has a major in Pedagogy (1971), Federal University of Pernambuco (UFPE), a Master's degree in Education (1987), Pontifical Catholic University of São Paulo, and a PhD in Educational Sciences (1994), from the Université René Descartes, Paris V, France. Dr Maria Eliete Santiago has been working as a professor at UFPE since 1995. In this interview, held in November 2020, Denise Maria Botelho, PhD in Education from the University of São Paulo (2005) and professor at the Federal Rural University of Pernambuco, asks Eliete Santiago relevant questions about her intellectual trajectory, such as the work of Paulo Freire and its reception nowadays, besides themes related to education throughout the Covid-19 pandemic, ethnic-racial relations and affirmative policies.

Keywords: Maria Eliete Santiago; Paulo Freire; Interview; Pedagogy of the Oppressed; Covid-19.

APRESENTAÇÃO

Maria Eliete Santiago é graduada em Pedagogia (1971), pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestra em Educação (1987), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Doutora em Ciências da Educação (1994), pela Université René Descartes, Paris V, França. Desde 1995, Eliete Santiago é professora da UFPE, tendo participado, ao longo de sua carreira, de diversos conselhos e comissões técnico-pedagógicos. A professora também já atuou diretamente na gestão do Ensino Básico em Pernambuco, tendo ocupado o cargo de Diretora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação de Olinda e, também, o cargo de Secretária de Educação do Cabo de Santo Agostinho.

A atuação acadêmica da professora Maria Eliete Santiago é ampla. Seus trabalhos abarcam e articulam temáticas como educação superior, currículo, prática pedagógica e questões étnico-raciais, além da obra de Paulo Freire. Entrevistá-la neste número nos pareceu um caminho natural para o debate desses temas, agora atravessados pela vivência, já duradoura, da pandemia pela Covid-19.

Denise Maria Botelho, entrevistadora convidada

Para realizar esta entrevista, contamos com Denise Maria Botelho, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, graduada em Pedagogia (2002) pela Faculdade de Educação e Ciências Pinheirense, Mestra em Integração da América Latina (2000) pela Universidade de São Paulo e Doutora em Educação (2005) pela mesma instituição. Denise é professora e pesquisadora nas áreas de educação e relações raciais, com viés em gênero e sexualidades, e de religiões de matrizes africanas e afro-indígenas, e gentilmente aceitou o nosso convite. A entrevista foi realizada por e-mail, no mês de novembro de 2020.

Professora Eliete, qual foi a maior dificuldade que a senhora enfrentou no início da sua carreira docente, e que estratégias utilizou para superá-la?

Responder a essa primeira pergunta me leva a situar como fui me constituindo como professora; a contextualizar o meu ser professora. A minha formação, em nível médio e superior, ocorreu em instituições públicas, sem interrupção, nas décadas de 1960 e 1970. Período de fechamento político e de subtração de direitos civis e sociais. A formação no Ensino Médio, no Curso Pedagógico, se fez no período da ditadura militar, após o golpe de 1964, enquanto a formação no Ensino Superior ocorreu durante o recrudescimento desse período, com a vigência do AI-5. Portanto, fui fazendo minha formação inicial e, ao mesmo tempo, começando a profissão em um contexto de restrição, interdição e silenciamento. A tendência pedagógica tecnicista foi a base teórica predominante da minha formação e da minha atuação profissional no início da minha carreira docente.

O Instituto de Educação de Pernambuco, cujas raízes remontam à Escola Normal, foi o contexto da minha formação docente, em nível médio, no Curso Pedagógico, denominado hoje Curso Normal Médio. Graças a essa formação, a partir de 1967, fui me constituindo professora do Ensino Primário na rede pública estadual, no turno intermediário (11h às 14h), chamado de "turno da fome". Naquele ano, iniciava como *professora estagiária* vinculada a um programa da Secretaria de Educação de Pernambuco, articulado com o Instituto de Educação de Pernambuco, que instituía um ano a mais para o Curso Pedagógico, a ser realizado voluntariamente pelas concluintes de 1966 (Lei estadual nº 1095, de 15 de outubro de 1965). Fui uma das duzentas professorandas que aceitou fazer o curso em quatro anos, e experienciar a *regência de classe* – "fazer a gestão de sala de aula" –, por todo o ano letivo de 1967. Essa experiência desenvolveu-se sob o olhar atento de professoras de prática de ensino experientes, que nos acompanhavam no

início da profissão. Considero que éramos professoras em início de carreira. As professoras Marieta Borges e Célia Amaral atendiam-nos sistematicamente, de forma individual e coletiva. Elas nos ouviam e nós as ouvíamos. Orientavam-nos no planejamento de aulas, na seleção de conteúdos e na preparação do material didático. Era um trabalho "no miudinho": descrição do cotidiano da escola, da sala de aula e das dificuldades no ensino. Na verdade, hoje tenho a clareza de que essa escuta e orientação era um processo de reflexão sobre a prática docente de cada uma de nós, e sobre a prática de ensino do coletivo. Isso nos dava segurança para os primeiros passos na profissão. Foi o trabalho coletivo, a orientação permanente, em serviço, que foi configurando o meu caminhar na formação docente, lugar em que fomos experimentando o ser professora, nos planos individual e coletivo. Éramos remuneradas pelo Plano Nacional de Educação, o que significa dizer, também, que havia frequentes atrasos nos pagamentos. Décadas depois dessa experiência inovadora, com o conhecimento adquirido, as leituras de Paulo Freire e a reflexão sobre prática pedagógica e processos formativos, compreendo que, naquela experiência, nos debruçávamos sobre a nossa prática como conteúdo formativo e como processo de intervenção na prática pedagógica. Fazíamos uma reflexão sobre a prática pensada e vivida. Isto é, as dificuldades eram trazidas para o coletivo, e a reflexão se dava entre professora experiente e professoras em formação. Era a prática de pensar a prática; de *pensar certo*; como está posto por Paulo Freire em sua obra.

"

o ofício de professora/professor extrapola o tempo e o espaço de sala de aula. A profissão [...] não é demarcada pelo tempo ou jornada, mas por sua natureza, por princípios e compromissos

Se assim foi meu início de carreira no Ensino Primário (assim denominado até 1971), oportunidade semelhante vivenciei quando comecei a atuação como professora do Ensino Médio, no curso de formação de professores – o mesmo que eu havia cursado. Fui convidada a assumir uma disciplina no Colégio Eucarístico, instituição privada, de caráter confessional e gestão comunitária. Estávamos em plena vigência da Lei nº 5.692/1971, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e o Colégio Eucarístico representou para mim um verdadeiro laboratório de estudo dessa lei e de seus desdobramentos, assim como de técnicas pedagógicas, a partir de reuniões de estudos e de avaliação. Lá, vivi intensamente os parâmetros da escola nova e a perspectiva tecnicista da educação. Interessante notar que o quadro pedagógico – a gestão pedagógica – do Colégio Eucarístico era composto de professoras que também tinham função técnica na Secretaria de Educação de Pernambuco. Assim, documentos de políticas educacionais e de políticas de currículo eram objetos de estudo e formação. Havia uma preocupação aplicacionista e uma tensão com a proposição de métodos e técnicas inovadoras. Aprender a trabalhar naquele Colégio me possibilitou, também, estender as aprendizagens para a escola pública onde eu era docente do Ensino Primário (Escola Rosa de Magalhães Melo, no Alto Santa Terezinha, no Recife). Associei minha formação universitária tecnicista ao campo da atuação e me fiz "uma boa professora". Os concursos públicos seguiam esses parâmetros que eu dominava muito bem (Ralph Tyler, Dalila Sperb, Amaral Fontoura etc.). O processo de atualização se estendia, também, para a escola pública onde eu trabalhava como professora concursada do Ensino Primário, depois da experiência de contratada como celetista. Os estudos universitários não fugiram à regra geral do pensamento pedagógico da época. As professoras e os professores progressistas com que estudei, de 1968 a 1971, na Faculdade de Educação da então Universidade do Recife, atual UFPE, silenciadas/os pelo regime, não podiam se expor. Lá estavam, como minhas professoras e professores: Dulce Campos, Maria José Baltar, Astrogilda Paes de Andrade, Paulo Rosas. Nunca ouvi falar de Paulo Freire enquanto estudante. Nem sequer sabia da sua existência ou de sua passagem pela mesma casa em que estudei. Em plena vigência do AI-5, o período de "caça às bruxas", do silenciamento imposto a professoras/es e estudantes, restava-nos, parece, sermos bons na educação acrítica. Na

> “a dificuldade maior foi a superação da ingenuidade política que teceu minha formação e atuação profissional

Faculdade de Educação, contava com a escuta individual de professoras, sempre que com elas me identificava e as procurava. Do professor Itamar Vasconcelos, recebi as informações sobre legislação educacional, criação e funcionamento de escolas e administração escolar. Ensinamentos que me deram um lastro com o qual, depois, pude compreender e analisar esses instrumentos de políticas e melhor compreender a educação brasileira. Mas foi pelas mãos da professora Maria Leopoldina de Brito que me encontrei com o Currículo, minha paixão e campo de investimento intelectual. Foi o meu encontro com o novo. O meu encantamento valeu-me a atenção e o cuidado da professora Leopoldina para além da UFPE. A professora colocou à minha disposição tanto referências quanto sua escuta atenta. Apaixonei-me pelo campo, e permaneço apaixonada até hoje, com o trabalho de Ralph Tyler, Lina Traldi, entre outros/as. Paixão, interesse e estudos valeram-me o convite da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em 1976, para trabalhar com a disciplina Currículo, campo de estudo e objeto de ensino. Por que dizer tudo isso? Para mostrar que tive a oportunidade de ter uma formação sólida nas instituições públicas onde estudei, uma formação sólida no ideário daquele momento histórico. As experiências não me permitiram acumular dificuldades quanto ao conhecimento profissional e escolar, porque a escuta, a fala-escuta e o trabalho coletivo foram as estratégias de que sempre lancei mão. E eu fui acolhida nas minhas demandas, porque o ofício de professora/professor extrapola o tempo e o espaço de sala de aula. A profissão de professora/professor não é demarcada pelo tempo ou jornada, mas por sua natureza, por princípios e compromissos

que estão na base do sistema – a escola básica. Embora tenha vivido essas oportunidades com minhas professoras e meus professores, com o sistema social e educacional eu enfrentei, desde cedo, a precarização do trabalho docente: professora de turno intermediário; professora de mais de uma escola e de duas redes de ensino; estudante do Ensino Superior noturno e, ao mesmo tempo, professora de dois turnos; professora do Plano Nacional de Educação; professora contratada pela CLT; salários congelados; e salários atrasados.

O sindicato, logo cedo, apareceu como o lugar do coletivo. A Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (Apenope) era quase uma agremiação festiva, o que, na época, muito me agradava. Não entendia a distância entre aquela associação e um sindicato. O próprio sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe), representou uma escola para mim. Lá, aprendi mobilização, paralisação, greve. Lá, aprendi-ensinei. Era um espaço de formação e de reivindicação permanentes.

Portanto, a dificuldade maior foi a superação da ingenuidade política que teceu minha formação e atuação profissional. Nisso, o Departamento de Educação na Unicap foi o contexto de referência e de prática que permitiu minha formação crítica. Naquele final dos anos 1970, iniciava-se um novo panorama político no Brasil. A professora Ivoneide Porto, chefe do Departamento de Educação, institucionalizou sessões de estudo e introduziu uma bibliografia crítica (Demerval Saviani, Luiz Antônio Cunha, Barbara Freitag, entre outros autores e autoras), além de ter incentivado a participação em eventos científicos e o acesso à *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire. Tudo isso foi me introduzindo a outras leituras e reflexões no âmbito do Departamento de Educação e na escola. A ela e às/aos colegas de departamento sou agradecida, bem como a outros colegas de outros departamentos. Foi ela a grande incentivadora do meu mestrado – o período em que considero ter dado o salto qualitativo na minha formação política.

Como relacionar o conteúdo de Pedagogia da autonomia, *de Paulo Freire, com uma prática pedagógica antirracista?*

Paulo Freire é um humanista. Defensor dos direitos humanos e sociais, testemunha de uma ética universal. Um cidadão que dedicou sua vida à causa da libertação do oprimido através da educação. Entendeu a importância da educação, da conscientização – da educação conscientizadora –, como

uma possibilidade de libertação do sujeito oprimido, invisibilizado, silenciado e subtraído da sua condição de *ser mais*. Dito de outro modo, Paulo Freire fez opção pelas/os esfarrapadas/os do mundo; pela/o oprimida/o, que podemos situar hoje como sendo a população negra, a população indígena, as mulheres e, particularmente, as mulheres negras, a população LGBTTQA+, as/os praticantes de religiões de matriz africana, as/os faveladas/os. Ele fez a opção, portanto, nos anos de 1940 e 1950, pela população de analfabetas/os, maior contingente da população brasileira, e que se faziam presentes nos morros e favelas do Recife. Paulo Freire rechaçou essa sociedade injusta, perversa, negadora dos direitos sociais e políticos. Negadora das vidas e da dignidade humana. Paulo Freire sonhou com um mundo melhor: mais justo, menos perverso. Apostou na possibilidade de a educação contribuir com esse mundo melhor para todas as pessoas, independente de raça, gênero, faixa etária ou território. Porém, para a sua aposta, não servia – não serve – qualquer educação. É necessária uma educação comprometida com o sujeito, com sua história e seus contextos de vida e trabalho. Trata-se, então, de uma educação que reconhece o homem, a mulher, a população LGBTTQA+ como sujeitos da história e do conhecimento; sujeitos históricos, relacionais e plurais que carregam a possibilidade de intervir na realidade, para melhor. Mulheres/homens como seres de possibilidades. Dito de outro modo, falo de uma educação que toma corpo com uma pedagogia, que se realiza como

> “Pedagogia da autonomia e prática pedagógica antirracista se encontram [...], os referenciais freireanos como ação educativa sustentando a utopia humana de uma sociedade livre de racismos

reflexão da realidade lida, vivida, construída/desconstruída. Reflexão sobre a prática individual e social que possibilita a compreensão e a intervenção para construir um mundo melhor. Essa educação requer que a ação educativa, seja ela escolar ou social, parta da realidade dos sujeitos. Realidade a ser pronunciada pela mulher, pelo homem – criança, jovem e adulto – que, afirmando sua palavra, com ela se compromete com a luta coletiva por um mundo justo. Uma educação crítica transformadora. Os trabalhos da professora e pesquisadora Claudilene Silva, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), têm mostrado como as marcas do pensamento de Paulo Freire aparecem nas práticas pedagógicas antirracistas. Aparecem em experiências educacionais vivenciadas pelo movimento negro e em ações educativas realizadas nas escolas da Educaçao Básica, que tratam pedagogicamente essa temática. Assim, somente uma educação e uma pedagogia críticas, que tenham como horizonte a compreensão da realidade e das formas de nela intervir, poderão vir a colaborar com a constituição de uma educação antirracista. Uma educação que reeduque as nossas relações étnico-raciais. Dito isso, afirmamos que os referenciais freireanos poderão estar na base de uma educação antirracista, fundamentando-a. Primeiro, pela sua natureza política, que explicita a opção pelo processo de conscientização das práticas de desumanização e subalternização das chamadas "minorias" (aqui incluídas as populações racializadas), realizando-se como uma prática educativa desopacizadora da realidade histórica a que foram e continuam sendo submetidas as populações negras, indígenas, feministas e grupos religiosos e étnicos massacrados, dizimados, roubados em sua humanidade. Essa natureza política é reveladora quando denuncia o modelo e a política de negação dos direitos humanos, sociais e políticos. Ao mesmo tempo, é uma educação que anuncia práticas e lugares sociais a serem assumidos e ocupados por todos os povos, como direito. Por exemplo, o pleito eleitoral que estamos vivenciando, as eleições municipais de 2020, tem mostrado a força da organização e mobilização de negras e negros, mulheres, população LGBTTQA+, indígenas. Estão presentes na cena política, ocupando espaços de representação do seu povo, dos segmentos sociais, gritando que vidas pretas, vidas de mulheres, de indígenas, da população LGBTTQA+ importam. E que todas essas vidas importam vivas. Essa luta

pela ocupação dos espaços de direito resulta de um processo de educação escolar e social: nas escolas, nos sindicatos, nos grupos organizados. Pedagogia da autonomia e prática pedagógica antirracista se encontram como perspectiva teórico-metodológica freireana, os referenciais freireanos como ação educativa sustentando a utopia humana de uma sociedade livre de racismos. É a educação problematizadora, aquela fincada na realidade, no mundo, no contexto dos sujeitos, cujo conteúdo emerge da realidade como processo de reflexão, discussão, intervenção, que possibilita a aquisição e a socialização do conhecimento crítico. Uma educação política, ética e libertadora. Essa é a perspectiva freireana capaz de oferecer princípios e fundamentos que dialogam com os princípios e fundamentos de uma educação antirracista.

Como a senhora avalia as políticas afirmativas implementadas nas universidades, com viés de raça e, especificamente na UFPE, também direcionadas à população LGBTTQA+?

Embora as questões e a luta pela igualdade racial venham de longe, e muitos esforços tenham ocorrido para chegarmos à formulação de políticas afirmativas, no Brasil essas políticas, particularmente na universidade, têm as marcas dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Roussef – governos que assumiram o compromisso com políticas sociais voltadas prioritariamente para as populações historicamente marginalizadas, exploradas e subtraídas do direito de ser e estar no mundo. Assim, a Lei nº 10.639/2003 (que alterou a Lei nº 9.394/1996) e tanto o Parecer nº 03/2004 quanto a Resolução nº 01/2004, ambos do Conselho Nacional de Educação/Complementação Pedagógica (CNE/CP), constituem elementos estruturadores de políticas afirmativas para a educação brasileira. Junta-se a esses dispositivos o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, construído com a participação da sociedade civil, e lançado em 2009. Destaco, ainda, a criação da Secretaria de Alfabetização, Formação Continuada e Diversidade (Secadi) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que revelam o compromisso do governo federal, daquele período, com a superação do racismo e das desigualdades políticas e sociais. Chamo, ainda, a atenção para a presença de duas mulheres negras, ligadas ao Movimento Negro e à academia, que assumiram dignamente o Conselho Nacional de

> “Assim foram sendo tecidos os fios de ações afirmativas, conduzindo a UFPE a um programa institucional de respeito à pluralidade

Educação – a professora Petronila Beatriz Gonçalves e Siva e a professora Nilma Lino Gomes –, com contribuições dos movimentos sociais e da produção acadêmica para as políticas afirmativas. Portanto, há um movimento amplo, de resistência, por dentro dos movimentos sociais e do governo, que se inscreve em movimentos na globalidade e na localidade, a exemplo da UFPE. Mas, para isso, foi necessário inaugurarmos um outro tempo na UFPE, avançarmos com o processo de democratização da gestão, com a escolha de reitor e de diretores de unidades acadêmicas através da consulta direta. Juntem-se a isso o compromisso com a ampliação de vagas para professoras/es na universidade e a democratização do acesso e da permanência nos quadros da universidade, sem perder de vista a pluralidade que a caracteriza. Um conjunto de medidas e ações políticas mudaram a cor, o perfil, o cenário da UFPE, com destaque para a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012. Fruto daquilo que antes constituíam esforços e iniciativas individuais, de pequenos grupos que cavoucavam aqui e ali, ousando, tecendo fios numa reafirmação de que “não se muda o mundo do dia para noite”, como esclareceu Paulo Freire. Tensões foram e são vividas para que se pudesse e se possa avançar como política e prática pedagógica, no sentido posto por João Francisco de Souza: prática pedagógica como uma prática intencional, institucional, coletiva e plural, conformada como prática docente, discente, gestora e epistemológica. Assim foram sendo tecidos os fios de ações afirmativas, conduzindo a UFPE a um programa institucional

de respeito à pluralidade. Avançamos a partir dos valiosos esforços tanto individuais quanto de grupos no interior de uma universidade branca, litorânea, patriarcal. Inicialmente, o apoio foi dirigido a grupos de estudo e pesquisa, à promoção de eventos e à acolhida de raros projetos de estudo chegados "tardiamente" na pós-graduação em educação, como mostra a publicação *Educação, escolarização & identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no* PPGE/*UFPE* (Editora UFPE, 2010). Nessa obra, é possível conferir as primeiras pesquisas desenvolvidas sobre essas temáticas no Centro de Educação (CE), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Na sua relação com a comunidade externa, a UFPE acolhe o primeiro Congresso de Pesquisadores Negros. O evento nasce no CE, no ano 2000, na gestão dos professores João Francisco de Souza e José Batista Neto, sob a influência do professor Henrique Cunha Júnior, resultado da sua aproximação com o PPGE, participando ele então das primeiras bancas sobre a temática. Naquele momento, o congresso contou com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPE (Propesq/UFPE) e da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). A partir dele, foram lançados a semente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e os primeiros contatos para o concurso de fomento à pesquisa Negro e Educação, do qual tive a oportunidade de ser parecerista desde a primeira edição. Esse concurso oportunizou a estudantes egressos do Curso de Pedagogia, hoje professoras/es pesquisadoras/es em instituições de educação superior, desenvolver estudos e formação com essa temática. Uma chamada, através de edital da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE (Proexc/UFPE), para publicação de produção acadêmica, deu origem à Coleção Étnico-Racial, comemorativa dos 10 anos da Lei nº 10639/2003. A coleção não somente abriu caminho para a produção acadêmica de negras e negros, como fez chegar às mãos de professoras e professores da Educação Básica uma literatura crítica sobre as questões étnico-raciais.

Essa memória parece-me importante para que possamos compreender as pontes que nos conduziram até aqui e que nos levarão adiante. O sistema de cotas, a criação de uma Diretoria LGBTTQA+ e um programa na TV Universitária atestam esse novo momento da UFPE, ao qual se soma a criação do Núcleo de Políticas das Relações Étnico-Raciais.

Como a senhora percebe que a cultura e as artes podem contribuir em tempos de pandemia?

Artes e culturas são conhecimentos, práticas, gestos que manifestam leituras de mundo de todas as pessoas – propositoras/es e audiências. São experiências éticas e estéticas que mostram diversas formas que as pessoas utilizam para se relacionar com a realidade, com os contextos sociais, muitas vezes adversos. São manifestações de modos de vida e de produção da existência. São modos de a mulher e o homem se posicionarem no mundo; são um convite à leitura de mundo. Nestes tempos de pandemia, artes e culturas têm se apresentado com finalidades diversas. Uma pluralidade de respostas, que vão do entretenimento aos processos de informação-formação-conscientização. No mundo inteiro, as artes aproximaram as pessoas através do uso das tecnologias, animando-as nas situações de distanciamento e isolamento social, em situações de depressão, ansiedade e estresse. As/os artistas, com suas diferentes linguagens, que fazem opção pela vida saudável, fizeram-se solidárias/os e presentes com apresentações solo, em grupos e orquestras. Bibliotecas circulantes e exposições virtuais chegaram às casas das pessoas. Porém, há lugares, casas, espaços, aonde nada disso chegou ou chega. As/os esfarrapadas/os do mundo não tiveram nem têm acesso a esse patrimônio. A UFPE fez esforços. A Rádio Paulo Freire, a Universitária FM e as mídias da instituição foram colocadas à disposição do grande público, assim como a TV Universitária. Esses canais têm levado música, poesia, teatro, cinema e informação à comunidade acadêmica e à população em geral. Não faltou programação para aproximar pessoas, instituições, sonhos e diminuir tensões e, às vezes, sofrimento. Esses equipamentos públicos e as pessoas que neles atuam contribuíram com as linguagens e experiências estéticas para o lazer, a reflexão, e para o sentir juntos e melhor nesta pandemia.

Seria possível aproximar os escritos de Paulo Freire ao movimento feminista contemporâneo? Por quê?

Não tenho dúvida quanto à aproximação entre o pensamento freireano e o movimento feminista contemporâneo e outros movimentos sociais que lutam por justiça social, igualdade racial e a libertação das pessoas. Paulo Freire antecipou-se aos Estudos Culturais. A natureza e os princípios da educação por ele proposta, educação como prática da liberdade, evidenciam essa aproximação. Porém, mais que aproximação, seus escritos anunciam a sua contribuição para diversos campos do conhecimento que têm como utopia a humanização das pessoas e do

> “utopia, princípios, compromissos e postura no mundo são chaves de aproximação entre os escritos freireanos e os movimentos feministas contemporâneos

mundo – a transformação do mundo para melhor. O seu pensamento é um construto teórico-metodológico que dialoga com outros campos do conhecimento, cujos saberes são pedagogizados. Isto é, o pensamento de Paulo Freire tem a possibilidade de subsidiar práticas pedagógicas em campos do conhecimento que tomem o ser humano como sujeito crítico, criativo e dialógico. É um pensamento que, fazendo-se prática, considera a capacidade do sujeito humano de pensar e de agir; de criar e recriar situações, seja qual for a sua condição de classe, de etnia, de raça, de gênero, faixa etária ou território. Portanto, é um pensamento inclusivo, que reconhece a diversidade e respeita as diferenças. É um pensamento que orienta as práticas no horizonte da justiça social. Esse pensamento e prática tomam formas diversas: livros, livros falados, entrevistas etc.

Portanto, Paulo Freire formulou uma educação e a colocou a serviço da compreensão e superação da dominação, da segregação, do silenciamento, da subalternidade. Refletiu, propôs, vivenciou uma prática educativa coletiva e dialógica. A escritora, professora, filósofa, ativista e feminista negra estadunidense *bell hooks* (Gloria Jean Watkins) declara o impacto da obra e dos posionamentos de Paulo Freire em seu pensamento e em sua prática educativa. Maria do Carmo Gonçalo, professora e pesquisadora da nossa universidade, em trabalhos que desenvolve sobre gênero e sexualidade, chama atenção para essa contribuição. A pesquisadora defende que os escritos autobiográficos de Paulo Freire se aproximam da epistemologia feminista, e enfatiza o compromisso que ele assume

com a transformação social e com o acesso ao conhecimento crítico como trabalho coletivo. Em síntese, utopia, princípios, compromissos e postura no mundo são chaves de aproximação entre os escritos freireanos e os movimentos feministas contemporâneos. Uma pedagogia engajada, ou a práxis freireana.

O que a senhora considera importante para a formação de professoras e professores, na atualidade, que as diretrizes dos cursos de licenciatura ainda não contemplaram em seus currículos?

A formação das/dos profissionais da educação é objeto de uma disputa política cujas tensões se evidenciam explicitamente no âmbito do Ministério da Educação e do CNE. Hoje, essa disputa é mais acirrada em razão do retrocesso ético-político em que vive a sociedade brasileira. É, também, objeto de discussão e de formulação política do movimento docente e de pesquisadoras/es em educação, representado por entidades, particularmente a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). A Anfope, desde a sua criação, tem defendido a formação e a valorização do magistério; tem formulado, apresentado e defendido propostas que resultam de um processo de escuta, de pesquisas desenvolvidas e de experiências acumuladas nas instituições formadoras. Nossa entidade propõe e defende uma sólida formação teórica e interdisciplinar, que contemple: unidade teoria-prática, trabalho coletivo, compromisso social do profissional da educação, gestão democrática e avaliação permanente dos cursos de formação de profissionais da educação como princípios e orientações de políticas e práticas formativas de professoras e professores. Portanto, considero

> “
> O ensino remoto, hoje, [...] responde a uma urgência e a uma demanda da sociedade. É um imperativo social da vida, neste tempo de pandemia. Entretanto, o ensino não prescinde da vivência física, aproximativa, presencial

que princípios e diretrizes contidos na base comum nacional, em fase de implementação, solicitam mais acompanhamento e avaliação do que alteração. Assim, não proporia componentes curriculares, mas reafirmo os princípios defendidos pela Anfope e apoio a execução do Plano Nacional de Educação em todas as esferas da educação brasileira.

A Covid-19, com a necessidade do distanciamento social, levou ao agravamento de outras enfermidades, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico etc. Mesmo assim, há muitas pessoas que apostam na modalidade remota como o futuro da educação. Como a professora Eliete pensa o confronto entre o ensino presencial e o ensino remoto?

A Covid-19 é uma doença que atinge todas as pessoas, mesmo aquelas que não são contaminadas pelo vírus. É um vírus perverso; atinge a natureza e a cultura humana, antes mesmo que venha a ser contraído pelo indivíduo, ou mesmo que não venha a sê-lo. A Covid-19 e o seu fantasma – o vírus – interditam aproximações entre as pessoas, criam o afastamento social, impedem gestos afetuosos que tanto caracterizam a nossa gente. Causam dor. A mulher/o homem são seres plurais, relacionais, vivem no mundo e com o mundo. E, de um momento para outro, passaram a viver de modo virtual, a se comunicar de modo remoto, por meio de plataformas virtuais. A vida passa a ser vivida em contextos não presenciais. Entre as coisas da vida, as atividades cotidianas, estão o ensino e a aprendizagem. O ensino remoto, hoje, como dele temos nos apropriado, responde a uma urgência e a uma demanda da sociedade. É um imperativo social da vida, neste tempo de pandemia. Entretanto, o ensino não prescinde da vivência física, aproximativa, presencial. Ensino remoto e ensino presencial são complementares. Solicitam, para além do planejamento, a formação e a garantia de condições de trabalho adequadas a cada modelo ou estilo de trabalho intelectual. No nosso caso, a improvisação superou as condições adequadas, requeridas para o ensino remoto. O ensino remoto não é uma transferência do presencial para as plataformas digitais. É importante ressaltar, inclusive, que o ensino remoto vem ocorrendo com o sacrifício das/dos professoras/es e das famílias – seja de crianças, seja de jovens ou adultos. Seus espaços privados, suas casas, foram invadidos e transformados em salas de aula. Além disso, as/os profissionais da educação tiveram que arcar com custos financeiros adicionais para responder às demandas do ensino, tanto de estudantes e seus familiares, quanto das instituições. Não é raro ouvir, de docentes, que elas/eles precisaram fazer despesas extras – investimento em equipamentos, readequação de espaços e formação específica – para garantir meios e

modos de trabalho. Por outro lado, estudantes de todos os níveis apresentam dificuldades que vão da falta de equipamentos, passando pelo cansaço físico, a problemas com a manutenção da disciplina intelectual. Delas e deles são exigidas várias horas de trabalho solitário diante de uma máquina. Essa situação tem levado crianças, profissionais da educação e familiares a um certo desconforto e, em alguns casos, até mesmo ao desespero e sofrimento. Não queremos isso, dessa forma, para nossas crianças e juventude. Nem para nós, professoras e professores. O trabalho educativo de natureza remota, como tem sido vivenciado em 2020, pode trazer consequências desastrosas para estudantes e profissionais da educação.

Chamo atenção para a possibilidade de lucro que o ensino remoto pode trazer para os empresários da educação, e para o perigo de subtração das responsabilidades do Estado. Concluo dizendo que as modalidades remota e presencial podem ser complementares, pode haver organizações híbridas. No entanto, o ensino, como resposta à natureza humana e à nossa cultura, deverá ser presencial. Mas não estou dizendo que devemos voltar às aulas agora, ou voltar de qualquer forma. Não é isso! Voltar às aulas, às escolas, só com segurança. A vida em primeiro lugar, sempre!

Professora Eliete, hoje surgem novas epistemes, e metodologias são revisitadas. Nesse universo de reconfiguração da produção do conhecimento, seria possível explorar a obra de Paulo Freire por outras perspectivas? Quais? Por quê?

A obra de Paulo Freire estende-se a todo o campo do conhecimento humano e social. O pensamento pedagógico freireano é relacional, dialógico e utópico. Caracteriza-se pela preocupação com o ser humano como sujeito e com as suas culturas; ou seja, é preocupação com o sujeito e seus contextos em relação; caracteriza-se, também, pela valorização das experiências humanas e culturais como fontes de conteúdos formativos; e, ainda, pela centralidade do diálogo como princípio que vai ao encontro da natureza humana e social da mulher, do homem, da população LGBTTQ+. Em Paulo Freire, está a formulação de um paradigma para uma educação *outra*, tecida como reflexão e prática, inseparavelmente. Uma proposta superadora das formas hegemônicas de fazer a educação, cuja finalidade esteve, e está, na preocupação com o processo de conhecimento como conscientização da realidade e intervenção social. Uma educação conscientizadora que possa contribuir para mudar as relações de poder, compreender e intervir nas condições de desigualdade, de inferiorização e de discriminação. Portanto,

em Paulo Freire está uma utopia humana: uma sociedade justa, um mundo sem racismo e sem qualquer forma de discriminação. Paulo Freire se encontra com os Estudos Culturais e Pós-Coloniais, com a perspectiva multicultural e com a epistemologia feminista. Nesse sentido, os estudos feministas, de gênero, raça, etnia, saúde, artes etc., têm buscado referenciais em Paulo Freire para a pesquisa e produção do conhecimento. Paulo Freire é resistência e esperança.

As gerações contemporâneas parecem ter um contato reduzido com o pensamento freireano. Quais estratégias são necessárias para recuperar e valorizar as ideias do educador e intelectual Paulo Freire?

Prefiro dizer que o pensamento freireano expande-se, cada vez mais, pelo território brasileiro e pela América Latina. Tem crescido o número de grupos e centros de estudo e pesquisa, cátedras, institutos Paulo Freire, assim como a promoção de eventos e a produção acadêmica, no Brasil e no mundo. O reconhecimento nacional a Paulo Freire ficou marcado, no governo da presidenta Dilma, pela outorga do título de Patrono da Educação Brasileira, promulgado pela Lei nº 12.612/2012. Essa homenagem é um marco da expansão e da afirmação de relevância dos referenciais freireanos para a utopia de uma sociedade justa e livre de preconceitos, e para uma educação a serviço da humanização do humano. Entre as instituições criadas que difundem os referenciais freireanos está o Instituto Paulo Freire, com base no Brasil e com ramificações no mundo inteiro. Há as Cátedras Paulo Freire, que não cessam de ser criadas. A nossa – Cátedra Paulo Freire/UFPE – foi a segunda criada no Brasil, em 2005, logo depois da Cátedra da PUC/SP. No que se refere à produção sobre Paulo Freire, o campo é aberto: dissertações, teses, entrevistas e livros constituem um grande acervo que aborda os múltiplos temas e aspectos da sua biobibliografia. A pesquisa coordenada pela professora Ana Maria Saul, que originou a Rede Freireana de Pesquisadores, merece ser sublinhada. Trata-se de uma pesquisa de fôlego, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega pesquisadoras e pesquisadores de quatorze programas de pós-graduação, sediados em dez estados brasileiros. Portanto, além da obra de Paulo Freire, há uma grande produção sobre Paulo Freire, no Brasil e no exterior. Conhecer a obra, o compromisso e a opção política de Paulo Freire é responsabilidade de todas as instituições de Ensino Superior. Mas não basta oferecer as informações e acessar o conhecimento. É fundamental exercitar os princípios

freireanos. Como temos exercitado este estudo/formação? Nosso contexto de prática tem sido a Cátedra Paulo Freire da UFPE. A Cátedra Paulo Freire, criada através da Portaria nº 04/2005 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco (CCEPE/UFPE), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROExC), representa *reconhecimento institucional, preservação da memória e do espaço de produção e socialização da Pedagogia Paulo Freire*. É um reconhecimento da comunidade acadêmica da UFPE à relevante contribuição social, política e pedagógica do Educador Paulo Freire à humanidade, a partir da Educação e, ao mesmo tempo, uma homenagem a um professor desta universidade, reconhecido internacionalmente e considerado educador do mundo. Paulo Freire é Patrono da Educação Brasileira, por meio da Lei nº 12.612/2012, Patrono da Educação do Recife, conforme a Lei nº 18.658/2019, e Patrono da Educação de Pernambuco, segundo a Lei nº 16.818/2020. Na Cátedra, um conjunto de atividades é colocado à disposição de estudantes, de professoras/es da UFPE e de outras Instituições de Ensino Superior (IES), de professoras/es da Educação Básica e do público em geral. Duas grandes atividades são propostas em nível nacional, anualmente: o Seminário Paulo Freire, realizado em maio, para marcar a sua passagem a um outro plano; e Paulo Freire em Setembro: Ato Político-Pedagógico, uma atividade

> “Conhecer a obra, o compromisso e a opção política de Paulo Freire é responsabilidade de todas as instituições de Ensino Superior. Mas não basta oferecer as informações e acessar o conhecimento. É fundamental exercitar os princípios freireanos

conjunta da Cátedra Paulo Freire/UFPE com o Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Sintepe/CNTE), realizada anualmente, no mês de setembro, para comemorar o aniversário de nascimento do educador brasileiro, numa configuração de ato político-pedagógico e cultural. Promovemos, também, a Aula Aberta, uma atividade de recepção a grupos de estudantes e professoras/es de IES ou da Educação Básica, com a finalidade de difundir o trabalho do educador que dá origem à Cátedra; e o grupo de leitura Conhecendo Paulo Freire, uma atividade semestral de estudo coletivo e um espaço mobilizador de leituras e de diálogos em torno da obra de Paulo Freire. Há, ainda, a Pedagogia Paulo Freire, uma disciplina institucional, aberta, eletiva (INT 0056), vinculada ao Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional, destinada a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação da UFPE e de outras IES, portadores de diplomas e egressos da UFPE. A disciplina é um mecanismo de articulação de ensino, pesquisa e extensão. Sua oferta para o acolhimento de outras IES visa a ampliar a contribuição social que a UFPE presta à sociedade na formação inicial e em serviço, para educadores e outros profissionais com atuação na área social. Além dessas atividades, a Cátedra desenvolve pesquisas e tem um grupo de pesquisa formado por professoras/es em formação na graduação, no mestrado e no doutorado, e em estágio de pós-doutoramento.

Para a senhora, qual é a relevância da educação, da cultura e das artes para formação das pessoas e para a consolidação da democracia no nosso país?

Paulo Freire afirmou que a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. Jean-Claude Forquin declarou que a cultura é o conteúdo da educação. Atenta a esses dois professores, com os quais trabalhei na condição de orientanda, considero a cultura como criação e recriação humana; modos de ser e estar no mundo que substanciam a educação como processo de libertação humana. Assim, educação e cultura são práticas sociais para um projeto de transformação social. Porém, com a intenção de mudar o mundo para melhor. A educação a que me refiro é aquela referenciada na perspectiva crítico-transformadora de matriz freireana. Essa educação se propõe a contribuir para o processo de humanização da pessoa-mundo. Utiliza-se do

> “As múltiplas linguagens artísticas [...] possibilitam a mobilização da curiosidade epistemológica, das capacidades criadoras de crianças, jovens e adultos, e das relações sujeito-contexto-conhecimento-mundo

modo de a mulher/o homem estar no mundo, dos códigos culturais, da experiência humana. São relações sociais “macro” e “micro moleculares”, segundo a expressão tomada de empréstimo a Alder Júlio Calado, tratadas como relações de poder, a serem compreendidas e utilizadas como lentes que permitam, cada vez mais, leituras críticas de mundo. Portanto, a educação é um processo de compreensão e intervenção na realidade que se materializa através de uma pedagogia problematizadora, que se serve da abordagem crítica dos conteúdos, que têm a realidade concreta como ponto de partida e de chegada. As artes constituem conteúdos, estratégias de comunicação, repertórios de vida e vivências; são conteúdos com possibilidades de codificação e decodificação da realidade vivida e refletida, que contribuem para a compreensão e a intervenção política, social e pedagógica. As múltiplas linguagens artísticas – música, teatro, cinema etc. – são formas de expressão e de tradução da realidade. Portanto, possibilitam a mobilização da curiosidade epistemológica, das capacidades criadoras de crianças, jovens e adultos, e das relações sujeito--contexto-conhecimento-mundo. Entretanto, esse patrimônio cultural, espiritual e humano não está acessível para todas as pessoas. Há uma concentração, e consequentemente uma exclusão da maioria da população quanto ao acesso à educação e

às artes, o que requer uma política de distribuição equânime. Em um país de marcas e de tradição elitista, excludente, racista, como é o caso do Brasil, educação, cultura e artes não são distribuídas e garantidas para toda a população como direito social. Sonega-se à maioria esse direito. Por isso, são imperativas a organização e a participação social para que se reivindique, proponha e acompanhe a implementação de políticas sociais em todos os níveis e instâncias, que façam avançar a democratização do acesso a esse patrimônio da humanidade e, ao mesmo tempo, façam avançar o processo de democratização da sociedade.

Recife, 27 de novembro de 2020.

Texto de autoras convidadas. **Recebido em**: 27 nov. 2020.
SANTIAGO, Maria Eliete. Entrevista. [Entrevista concedida a] Denise Maria Botelho. *Estudos Universitários*: revista de cultura, Recife, v. 37, n. 1/2, p. 87-109, dez. 2020. ISSN Edição Digital: 2675-7354.